

Aos órgãos de comunicação social

### **O Governo vira as costas mas os trabalhadores não desistem!!!**

*Aos trabalhadores da Administração Pública*

A Frente Comum quer, em primeiro lugar, saudar calorosamente todos os trabalhadores da Administração Pública que, no dia 10 de maio, vieram para a rua defender os seus direitos fazendo com que a manifestação fosse uma grande jornada de luta!

Fica claro que os trabalhadores não se rendem e que continuam determinados em que sejam revertidas as medidas gravosas que governos do PS, PSD e CDS implementaram, contra os direitos e os serviços públicos, nas últimas décadas.

O governo PS, apesar de criadas as condições para uma efetiva mudança de políticas, tem falhado, por opção própria, na tomada de medidas que são cruciais para a melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores da Administração Pública.

Insiste em:

- Não aumentar os salários,
- Não reconhecer o direito à atualização salarial anual;
- Não atualizar grande parte das pensões de aposentação;
- Não rever a Tabela Remuneratória Única no sentido de garantir a proporcionalidade entre as posições remuneratórias e assegurar rendimentos dignos e uma progressão justa na carreira;
- Não regularizar a contagem de tempo de serviço nas carreiras, cargos ou categorias, integrados em corpos especiais; **[mudança de sítio]**
- Manter o congelamento de várias prestações remuneratórias, como o trabalho suplementar, ajudas de custo, abono para falhas, entre outros.

- Não repor o mínimo de 25 dias de férias e a majoração com a idade e o tempo de serviço;
- Negar a reposição da aposentação aos 36 anos, independentemente da idade, bem como, a forma de cálculo das pensões;
- Não investir nos serviços públicos, abrindo caminho à sua privatização;
- Não reconhecer que a precariedade deve ser erradicada, insiste no PREVPAP, instrumento que já provou que não só não resolve várias situações gritantes de precariedade como, pelo contrário, serve para legitimar legalmente situações de falsos recibos verdes e de *outsourcing* na Administração Pública, continuando a deixar de fora mais de 90% dos trabalhadores com vínculo precário na Administração Pública, ainda que identificados pelo governo no desempenho funções de carácter permanente;
- Transferir para as autarquias importantes Funções Sociais do Estado, pondo em causa o acesso das populações a estes serviços estruturantes, os direitos dos trabalhadores, e desbravando o terreno para a privatização.

**NÃO ACEITAMOS CHANTAGENS, NÃO ACEITAMOS A VIOLAÇÃO DA LEI DA NEGOCIAÇÃO PELO GOVERNO, NÃO ACEITAMOS QUE CONTINUE A NÃO HAVER RESPOSTA ÀS MAIS DO QUE JUSTAS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES.**

**EXIGIMOS RESPOSTA IMEDIATA:**

- O aumento real dos salários e das pensões em 4%, com um mínimo de 60,00 EUR nas remunerações até €1500,00;
- A revisão da tabela remuneratória única, estabelecendo o salário mínimo de €650,00 como primeira posição e subindo as demais posições remuneratórias;
- A contagem de todo o tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira;
- A revogação do SIADAP.

**O tempo é agora: pela dignidade dos trabalhadores, pela valorização das carreiras e do serviço público.**

*Lisboa, 13 de maio de 2019*